

FORUM CONVERGENCIA

*" A SUSTENTABILIDADE DE CABO VERDE  
DENTRO DA SUA REALIDADE DE PAIS ILHAS:  
AS VANTAGENS DA DIFERENÇA "*

Por:

GEORGINA DE MELLO

MINDELO, 29 - 31 DE JULHO DE 1994

## S U M A R I O

- A - INTRODUÇÃO
- B - A ECONOMIA EM BREVES PINCELADAS
- C - ALGUNS PROBLEMAS SOCIAIS MAIORES
- D - O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE
- E - AS VULNERABILIDADES DE PAIS INSULAR
- F - SUSTENTABILIDADE VERSUS VULNERABILIDADE

BIBLIOGRAFIA

## A - INTRODUÇÃO

Os organizadores deste Forum propoem-nos o tratamento da questao da sustentabilidade aplicada à realidade de Cabo Verde, país multi-ilhéu.

Por um lado, isto significa associar a ideia de sustentabilidade à imagem do Cabo Verde real - pelo menos aquilo que dele conhecemos hoje, e que constitui, aliás, um dos 45 países menos avançados do mundo, segundo a classificaç/º estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas (N.U.).

Por outro lado, implicará proceder à associação adicional desta realidade arquipelágica muito específica, leia-se, difícil, com a ideia de uma diferença vantajosa.

Procederemos assim, antes de mais, a uma breve revisao de alguns dados caracterizadores da situação e perspectivas económicas e sociais de Cabo Verde.

Passaremos de seguida à análise do conceito de desenvolvimento humano sustentado e sua evolução.

E, como nao se pode falar de desenvolvimento sustentado sem se falar de vulnerabilidade, trataremos na sequência esta questao, fechando assim o circuito destas associações.

Permite a vulnerabilidade exacerbada pensar em sustentabilidade ? E a questao tratada no final, que fica em aberto.

E, como nao se pode esquecer sonhos e projectos, por mais dura que seja a realiaide - ou talvez por isso mesmo, proporei, em guisa de conclusao, que ao equacionamento da problemática do país real, em busca de saídas sustentáveis, se adicione criatividade, solidariedade e muita vontade de construir e, ... quem sabe ?

Se tem razao o ditado, " querer é poder ", quem sabe, o nosso Cabo Verde ilhéu nao provará um dia a sua sustentabilidade.

Inch Alá.

## B - A ECONOMIA EM BREVES PINCELADAS

Uma economia onde, como é sabido, o funcionamento das regras do mercado é distorcido por factores diversos, nomeadamente, uma posição marginal face ao mercado mundial, que, por sua vez, potencia, negativamente, certas caraterísticas como a dimens/º - leia-se o tamanho da população.

Tudo isto, agravado, obviamente, pelo duplo isolamento decorrente da insularidade e da condição de país arquipélago.

Uma população residente, da ordem dos 350.000 habitantes, de acordo com as estimativas actuais, de que a maioria é - ainda, rural, logo, teóricamente vivendo de uma agricultura arcaica, e, em

medida menor, de uma pecuária igualmente atrasada, ambas dependentes, por sua vez, de chuvas cada vez mais aleatórias.

Uma economia em que, estranhamente, a produção interna, medida através do P.I.B., segundo estimativas do Banco Mundial para 1991, ganha uma configuração que parece ser perfeitamente atípica para país subdesenvolvido:

- . um sector terciário contribuindo com mais de 60% para a formação do produto (dos quais 21.8% foram gerados pela Administração e outros serviços sociais);

- . um sector primário que contribuiu com pouco mais de 13%, quando atingiu um máximo de 14.6% do PIB em 1988;

- . e, finalmente, um sector secundário responsável por cerca de 18% da formação do produto, contra uma participação máxima de 19% em 1988. Note-se que a construção civil representa quase 10% deste valor.

Ou seja, aparentemente, temos um sector de serviços cujo ritmo de crescimento se está expandindo, de tal modo que o leva a ocupar os espaços deixados pelo recuo relativo da agricultura, silvicultura, pecuária e pesca, por um lado e, da indústria, por outro lado.

Isto num contexto de crescimento demográfico demasiado rápido. Uma vez deduzido o peso da emigração, o ritmo de crescimento médio anual da população caboverdiana residente, é calculado como se segue:

- . 2.9% na década de 50;
- . 1.5% na década de 60;
- . 0.9% na década de 70;
- . 1.5% na década de 80.

Porém, o crescimento natural da população, está estimado entre 2.7% e 3.1% ao ano, no período que medeia entre 1980 e 1990 ! Estes números traduzem um substancial aceleração de ritmo, tendo em conta que, no período imediatamente anterior, o crescimento natural fora de 2% entre 71-75 e de 2.4% entre 76-80. É evidente que estamos perante as consequências da redução da emigração que se vem sentindo desde final dos anos 80.

A manter-se este estado de coisas, ou seja, se essa cadência não for invertida e, a fazer fé nos dados publicados pela DGPlaneamento, em 2015 teremos duplicado a população: 700.000 habitantes. É um cenário difícil de imaginar. Muito mais difícil não deixará de ser, certamente, geri-lo !

A acontecer isso, estaremos, por outras palavras, perante pressões adicionais substanciais sobre uma série de sectores sensíveis, alguns dos quais, aliás, já fragilizados em função da enorme procura de hoje, como é o caso da educação, da saúde, do mercado do trabalho, da própria segurança alimentar do país, etc.

Ora, nada faz prever a descoberta de recursos naturais adicionais, ou a disponibilidade de recursos suplementares de outra natureza, no futuro.

Muito pelo contrário, uma tentativa de avaliação, ainda que

grosseira (dada a não disponibilidade de dados oficiais), da evolução dos fluxos da ajuda pública ao desenvolvimento, leva a pensar que o receado desvio das atenções do Ocidente para a Europa de Leste é hoje um facto.

Segundo estimativas do Banco Mundial, de 1986 a 1991, as transferências externas para Cabo Verde, medidas em termos percentuais do PIB tem caído, progressivamente, de um máximo de 48.7% em 86 para 28% em 1991. Destes dois montantes, 18.3% e 17.4%, respectivamente, representam a parte das remissas dos emigrantes.

Uma economia, resumindo, onde as importações representam cifras na ordem dos 50% do PIB. Mais precisamente, 53-54% do PIB em 1990. As estimativas existentes parecem mostrar uma baixa acentuada deste indicador. Se isto poderá eventualmente ser salutar, no caso de significar uma quebra efectiva no ritmo de crescimento das importações (taxa média anual de crescimento 1986/1990 de -2.3%, contra 5.5% do PIB em idêntico período, segundo o BM) o mesmo já não se poderá dizer do idêntico comportamento das exportações, cujo ritmo médio de crescimento no mesmo período seria de 3.3% segundo a mesma fonte.

Aliás, se nos abstrairmos das actividades de prestação de serviços ao exterior, para analisarmos em separado o comportamento das exportações de mercadorias o panorama ainda é mais sombrio. Segundo as estatísticas oficiais, com efeito, até meados dos anos 80, mesmo nos melhores anos, nunca chegaram as exportações a cobrir, sequer, 10% das importações de mercadorias: 6.2% em 1980, 6.9% em 1985 e 7.8% em 1987.

Voltando às estatísticas globais, e calculando a taxa de cobertura das importações pelas exportações de bens e serviços, segundo o III PND, de 86 a 90 ela terá oscilado à volta dos 30%.

Se me permitem, penso que não será demais insistir, neste ponto, em como estes números são indicador objectivo de um potencial importante do país. Estará aqui, talvez, e se este factor for convenientemente explorado, ou, por outras palavras, se condições foram criadas para que de recurso virtual se converta em recurso real/efectivo, a tal "vantagem da diferença".

### C - ALGUNS PROBLEMAS SOCIAIS MAIORES

A situação económica acima muito rapidamente retratada, traduz-se em níveis preocupantes de desemprego e sub-emprego, com as FAIMO como único recurso de muitas comunidades para acesso a rendimentos de subsistência.

É evidente que, em matéria de avaliação da pobreza, as estatísticas são difíceis de obter e, quando existem, são, muitas das vezes, de fiabilidade precária.

Meramente a título de exemplo, citarei o caso da bacia hidrográfica de S. Joao Baptista, no leste da ilha de S. Tiago, com uma área de cerca de 50 Km<sup>2</sup>, uma dimensão semelhante, grosso modo, à da ilha da Brava. Esta bacia alberga uma população de cerca de 3.000 habitantes, situando-se numa das regiões mais áridas da ilha.

Ora bem, as famílias, dependem, em média, em 62% dos salários das FAIMO para a sua sobrevivência, como o provou um inquérito realizado em Nov/92, no quadro de um projecto financiado pelo Bureau das Nações Unidas para a Região Sudano-Saheliana (UNSO) na região. A restante composição dos rendimentos médios é a seguinte: 12% provem das remessas de emigrantes, 5% da pecuária, 1% (um por cento) da agricultura e 20% de outras fontes não especificadas.

As previsíveis pressões demográficas, também anteriormente evocadas, provocam, por sua vez, perspectivas ainda mais sombrias, face à escassez dos recursos disponíveis.

Com efeito, nada faz prever a inflexão do comportamento da emigração, que tinha vindo a constituir, até à década de 80, um "mecanismo" de contenção, de facto, dos efeitos do crescimento natural da população.

Ora se os fluxos migratórios em direcção ao exterior continuarem a reduzir-se, vistos os elevados níveis de fecundidade - apesar dos progressos já registados nesta área, é de se prever que a situação do emprego continuará, igualmente, a deteriorar-se.

Igualmente é de se prever as implicações, nesta área e no horizonte do curto e médio prazos, da política económica que vem sendo prosseguida pelo Governo.

A privatização das empresas públicas, a liberalização do comércio externo, a reforma da Administração Pública, nomeadamente, se não constituírem peças de um pacote mais global que integre, em primeiro plano, o vector Social, não deixarão de ter, certamente, efeitos nefastos a curto e médio prazos. Nomeadamente, em matéria de expansão das bolsas de pobreza, em especial nas zonas peri-urbanas.

De facto, estamos a viver, em termos substanciais, de certa forma, o processo de reajustamento da economia caboverdiana. A política económica do Governo tem como objectivo declarado, o lançamento das bases de uma economia orientada para as exportações e pelo sector privado ("private sector-led economy" na terminologia do BM).

Diga-se aliás, em abono da verdade, que esta política económica do Governo do MPD nada tem de substancialmente novo, em relação ao que preconizava, em 1988, o que então se convenciou de designar de "Reorientação do Sistema Económico".

Em resumo, tanto a situação económica actual como as perspectivas de curto/médio prazo, decorrentes do necessário

reajustamento da economia caboverdiana, fazem esperar o agravamento da situação do emprego, logo a deterioração, também a curto/médio prazo, das condições de vida das camadas mais vulneráveis da nossa sociedade.

Ora a experiência africana é, infelizmente, rica nesta matéria. A adopção sucessiva, de cada vez mais duras imposições das instituições financeiras internacionais, como via de acesso aos meios de pagamento internacionais não trouxe até hoje, que se conheça, solução aos problemas estruturais de nenhuma dessas economias. Meios que não são capazes de produzir, mas de que carecem, as mais das vezes, para sustentar certos padrões de consumo e de vida de determinadas elites urbanas. Há que saber tirar lições destas experiências.

Porém, sendo os níveis de pobreza aquilo que são, políticas deverão ser adoptadas e medidas terão de ser atempadamente tomadas, de modo a permitir, àqueles que nada têm, não serem definitivamente marginalizados por esta sociedade.

Voltando à experiência africana, verifica-se que a marginalização, levada ao limite, tem conduzido ao colapso social e à catástrofe humana. Os media trazem-nos, quase diariamente, ecos destes processos.

Por vezes, chocando-nos com imagens de autênticos holocaustos. Por vezes não tanto, porque a catástrofe é silenciosa, quase que passa despercebida, porque vem embrulhada em papel de prenda. Não será isto, de certo modo, o que se está a passar em muitos países vizinhos, hoje atingidos pela desvalorização do Franco CFA ?

## D - O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade refere-se a desenvolvimento. Pretendem os investigadores, os Governos, as sociedades, os organismos internacionais, promover o desenvolvimento sustentado.

O desenvolvimento sustentado tem constituído uma preocupação de sempre dos economistas. Essencialmente a partir de meados dos anos 80, ela viria a ser abertamente partilhada e assumida por políticos e gestores, dando origem a um interessante debate sobre aquilo que na altura se convencionou designar de "*o desenvolvimento auto-sustentado de Cabo Verde*".

O cerne da questão, como então ela era percebida, residia, de forma muito sintética, em determinar em que medida o desenvolvimento de uma economia com as características e especificidades da economia caboverdiana, estruturalmente frágil, poderia ser sustentável. Era, ao fim e ao cabo, toda a ideia do self-reliance que então fez escola.

Não sendo possível, face à configuração físico-climática do país, produzir, internamente, sequer a alimentação básica necessária à sobrevivência da sua população, a concepção de desenvolvimento auto-sustentado teria que ser outra.

Assim, no pressuposto de que, nas condições de Cabo Verde, não poderia nunca significar a independência alimentar, fez então carreira a tese de que, desenvolvimento auto-sustentado teria de se traduzir, nomeadamente:

a) na construção/consolidação de uma base de produção de outros bens e, sobretudo, de prestação de serviços voltada para o exterior;

b) na subsequente realização, pela via do comércio internacional de exportação desses bens e serviços, das divisas indispensáveis à aquisição, também no mercado internacional, dos produtos alimentares indispensáveis.

Estamos porém agora praticamente em meados dos anos 90. Novos conceitos vêm fazendo caminho, fruto de uma investigação social que busca entender e traduzir uma realidade substancialmente mais complexa. O extremar da pobreza, o estreitar do círculo do endividamento externo, o avanço da desertificação, sem precedentes, etc, mais não são do que sintomas de males mais profundos das economias, particularmente das subdesenvolvidas e das africanas.

Foi então preciso relembrar à consciência social, que crescimento só se traduz em desenvolvimento quando as políticas económicas integram preocupações de ordem eminentemente social. Quando, em suma, os frutos do crescimento são partilhados por toda a sociedade.

Depois, passou-se a insistir na dimensão humana do desenvolvimento. A justaposição dos dois termos, "desenvolvimento" e "humano", constitui uma redundância, do ponto de vista da análise económica. Tornada porém necessária, para vincar a dimensão do impacto do crescimento económico na sociedade em que ele ocorre.

O que não impediu, porém, a acelerada degradação do ambiente, que atinge agora preocupações alarmantes a nível planetário. A magnitude dos problemas é esmagadora, de par com a indiscutível força dos Media, que se encarregam de alertar as sociedades e os poderes políticos. O efeito de estufa, o "buraco" na camada de ozono, o desaparecimento das grandes florestas, os lixos tóxicos, para além da nossa bem conhecida problemática da desertificação, entre outras, entram na ordem do dia.

Os números circulam e são alarmantes: 80% das emissões de gases responsáveis pelo efeito de estufa são produzidos pelo Norte desenvolvido. Os trabalhos da Convenção sobre as Mudanças Climáticas mostram que o mundo dispõe de 40-50 anos para estabilizá-las, antes que os riscos se tornem irreversíveis. E que *nada* que o Sul faça, ou deixe de fazer, neste período, parece poder afectar esta situação. Para só referir, a título de exemplo, o efeito de estufa e as suas manifestações em termos de alteração dos padrões de temperatura, chuvas e, incidência de tempestades, com todo o seu cortejo de consequências em matéria de produção agrícola, desertificação, aumento do nível do mar, poluição, problemas de saúde pública, esperança de vida, ...

Ganham terreno as vozes que defendem que o Norte tem de rever a sua obsessão pelo crescimento, a tempo de evitar sérias instabilidades planetárias, em resultado do colapso, em cadeia dos sistemas natural, económico e social. Instala-se, em particular, nas sociedades ocidentais desenvolvidas, a consciência de que os problemas são, efectivamente, globais, de que há horizontes temporais limitados para os ultrapassar e, finalmente, de que o Norte desenvolvido tem responsabilidades específicas.

O receio de uma catástrofe ecológica sem precedentes, de consequências imprevisíveis, comprometendo o futuro e as opções das gerações futuras, leva a novas evoluções de conceitos. Há agora que integrar a vertente ecológica: desenvolvimento tem de comportar conservação do ambiente, por forma a salvaguardar o futuro do planeta e a não comprometer a sobrevivência no planeta.

Esta análise do risco de danos irreversíveis ao ambiente leva assim a concluir que a equação da sustentabilidade tem 3 parâmetros fundamentais: o tempo, o consumo e a população.

Tempo, referido a prazos limites de intervenção para que a catástrofe seja evitada. Consumo, em referência aos padrões de consumo das energias convencionais e de outros recursos naturais

esgotáveis, às emissões de gases e efluentes diversos, enfim, à imperatividade de mudanças drásticas de políticas económicas e de padrões de vida, com vista ao não agravamento dos fossos sociais de hoje. População, em referência às implicações directas das pressões demográficas sobre a pobreza, aos problemas sociais e ecológicos.

A sustentabilidade do desenvolvimento torna-se assim uma preocupação universal. Chegamos assim ao conceito de Desenvolvimento Humano Sustentável.

Trata-se pois de um conceito novo que vem fazendo carreira essencialmente desde o início dos anos 90, quando o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento o criou, ao associar crescimento, desenvolvimento e ambiente. O conceito apareceu através da publicação do que viria a ser o primeiro de uma série de relatórios anuais consagrados ao estado do que assim se convencionou designar de "Desenvolvimento Humano Sustentável", em diferentes países do mundo.

Com base nesse conceito, que aliás não é estático, operacionalizou o PNUD o Índice do Desenvolvimento Humano, que é hoje composto de 3 elementos básicos: a longevidade, medida pela esperança de vida à nascença; o conhecimento, medido pela combinação da alfabetização de adultos (2/3) e a média de anos de escolaridade (1/3); o padrão de vida, medido pelo poder de compra (PIB per capita ajustado ao custo de vida local).

O IDH, calculado nessa base, é uma tentativa de medir a dimensão do desenvolvimento de uma sociedade, na convicção de que o progresso social não pode, hoje, ser medido apenas pelo PIB.

## E - AS VULNERABILIDADES DE PAIS INSULAR

A proposta específica dos organizadores deste Forum, contida no tema que ora nos ocupa, preconiza o tratamento da realidade caboverdiana sob o ponto de vista das vantagens da diferença.

Ora as vantagens decorrentes da situação específica de Cabo Verde, no cruzamento das grandes rotas de tráfico do Atlântico médio, e os potenciais de desenvolvimento que comporta, foram já objecto de tratamento e debate aprofundados em Cabo Verde, desde os anos 80, a vários níveis, desde a investigação até às instâncias

20000000

responsáveis pela política económica, no quadro de uma visão integradora a que se convencionou designar de " A Vocação Geo - Económica de Cabo Verde ". Trata-se portanto hoje essencialmente de uma questão pacífica, carecendo talvez de alguma actualização, mas, acredito, carecendo essencialmente de operacionalização e/ou implementação em termos da economia real.

Proponho-vos antes, por isso, a análise, ainda que muito breve, do outro lado dessa mesma problemática.

Ou seja, as desvantagens especiais da condição de arquipélago, tema até então parece ter sido pouco tratado entre nós. A realização entre Abril e Maio últimos, em Barbados, nas Caraíbas, de uma Conferência sobre o Desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares, sob o patrocínio das N.U., trouxe essa questão para a ordem do dia.

Como muitos outros pequenos Estados insulares, Cabo Verde, enfrenta desvantagens especiais associadas, como aflorado no início deste trabalho.

Desvantagens associadas, nomeadamente, ao seu pequeno tamanho, à insularidade e ao isolamento, a uma maior exposição a catástrofes naturais, à fragilidade ambiental, às pressões demográficas e à dependência financeira.

Na realidade, a pequena dimensão tem implicações várias. Nomeadamente: na limitação objectiva dos recursos naturais disponíveis; na fraca consistência do tecido industrial; na dependência de economias externas (as remessas da emigração, entre outras); fraca competitividade da economia que tende a ser fechada; na falta de elasticidade no comportamento do comércio externo; na limitada capacidade de aproveitamento das economias de escala.

A insularidade e o isolamento, agravadas pela condição de país multi-ilhéu, tem consequências em matéria de custos: custos de comunicação, custos de infra-estruturação, custos medidos em termos de incertezas e inseguranças em relação, por exemplo no nosso caso, às nossas fontes tradicionais de abastecimento.

As ilhas são, por outro lado, e por definição, mais vulneráveis a certos tipos de catástrofes naturais, que têm a ver com riscos climáticos e geológicos. As erupções vulcânicas, os tremores de terra, os maremotos, os ciclones, as chuvas torrenciais, etc, são uma possibilidade estatística maior, de custos relativos também superiores, medidos em termos de prejuízos, humanos e materiais.

Quanto à fragilidade ambiental, há que somar à fragilidade dos eco-sistemas, logo, natural, as resultantes da acção do Homem: seja aquela decorrente da ausência de alternativas de uma população lutando pela sobrevivência, como é o caso da destruição do coberto vegetal em Cabo Verde, para produção de lenha pelas famílias; como a que resulta do próprio processo de desenvolvimento, por outro lado. Já que estamos num centro industrial, eu citaria a produção de certos efluentes industriais, que não são objecto de qualquer tratamento antes de serem atirados fora, provocando toda uma cadeia de destruição.

Das pressões demográficas já falámos, restando apenas mencionar as consequências do êxodo rural e, do incremento da pobreza. De igual modo, há que referir apenas a dependência das fontes externas de financiamento, também já tratada anteriormente.

Todo este panorama de especial vulnerabilidade se acrescenta assim à condição geral de país subdesenvolvido, de PMA, no nosso caso concreto.

Estes factores conduzem as suas economias dos Estados insulares a uma vulnerabilidade excepcional a factores externos, que escapam assim ao seu controle. De tal modo que a sua viabilidade económica é por vezes questionável ou, pelo menos, questionada.

## F - SUSTENTABILIDADE VERSUS VULNERABILIDADE

Vulnerabilidade e sustentabilidade excluir-se-ao mutuamente ?

Um certo número, ainda que infelizmente reduzido, de experiências bem sucedidas de processos de desenvolvimento recentes levam a acreditar que não. Estou a pensar, entre outros, no caso da ilha Maurícia.

Essas experiências mostram que os pequenos Estados insulares têm de dar maior atenção à redução das dependências, a começar pela dependência energética e pela dependência alimentar, do mesmo modo que à exploração dos recursos marinhos.

Aliás, no quadro deste debate, surgiu, a tese que opõe, ou melhor, justapõe vantagem competitiva à visão tradicional de vantagem comparativa.

Esta tese parte da concepção de que o potencial de desenvolvimento de uma economia não se baseia simplesmente no factor dotação de recursos, tal como transmite o conceito tradicional das vantagens comparativas, mas também no factor criatividade, que o novo conceito de vantagem competitiva busca captar.

Em síntese, promover um desenvolvimento humano sustentado implica assim, nomeadamente que, cientes das suas vulnerabilidades, os Estados definam estratégias de desenvolvimento adequadas à exploração das suas vantagens, especificidades e recursos, dando a devida relevância à utilização de tecnologias adequadas e, priorizando o recurso às energias renováveis.